

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 384-A, DE 1999 (DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL) MENSAGEM N.º 1.418/1999**

Aprova o texto do protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para proteção e assistência consular aos seus nacionais em terceiros países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.

**Autora:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

**Relator:** Deputado ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO

### **I - RELATÓRIO**

A proposição supra ementada, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a partir de Mensagem n.º 1.418/99 do Poder Executivo, visa a aprovar o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para a Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.

A proposição recebeu parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, ora Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, por sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Submetida ao Plenário, recebeu Emenda Aditiva, de autoria do Deputado Fernando Coruja, com o seguinte teor:

*“Art. 10 Cada uma das partes poderá denunciar este Acordo por meio de notificação, por escrito, através dos canais diplomáticos, à outra parte, produzindo a denúncia efeitos 6 (seis) meses após a data da notificação.”*

Diante do fato, este parlamentar foi designado pela CCJC para, na qualidade de relator da Emenda, realizar o julgamento de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Quanto às preliminares de admissibilidade, merece registro que o projeto de decreto legislativo em exame observa as exigências constitucionais, jurídicas e regimentais para o seu regular processamento, juízo que, nos termos dos arts. 54, I, e 139, II, c, e 202 do Regimento Interno, incumbe privativa e terminativamente a esta C.C.J.C.

Com efeito, consoante o art. 109, II, do R.I.C.D. a proposição em exame destina-se a regular matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República.

Vale dizer, pois, que a iniciativa legislativa sobre elas compete a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, quando não seja da esfera da respectiva Mesa.

Lado outro, é de se consignar que o Protocolo a que se refere este voto foi celebrado pelo Presidente da República, autoridade a quem compete privativamente exercer esse múnus público, ex vi art. 87, VIII, da Constituição Federal e, mais, que esse ato internacional se revela da maior importância, vez que ainda muito recentemente o mundo assistiu, estarrecido, ao saque dos tesouros arqueológicos do Iraque, país sob conflito armado, logo após a sua invasão pelas tropas anglo-americanas.

Entretanto, quanto à boa técnica legislativa e redacional, a proposição está a merecer reparos, vez que conflita com o regramento cogente da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *“dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”*, razão pela qual deliberei apresentar-lhe subemenda.

Em face do acima exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo n.º 384-A, de 1999, com a subemenda em anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2.007.

Deputado ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **SUBEMENDA À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 384-A, DE 1999**

Aprova o texto do protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para proteção e assistência consular aos seus nacionais em terceiros países.

O Congresso Nacional decreta:

Dê-se ao art. 10 do Projeto de Decreto Legislativo n.º 384-A, de 1999, a seguinte redação:

"Art. 10. Cada uma das partes poderá denunciar este Acordo por meio de notificação, por escrito, através dos canais diplomáticos, à outra parte, produzindo a denúncia efeitos seis meses após a data da notificação."

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007 .

Deputado ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO  
Relator